

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Faculdade de Letras

**LETRAMENTOS DIGITAIS CRÍTICOS NO COMBATE ÀS FAKE NEWS: ENSINO E
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA PRÁTICAS SOCIAIS NA
INTERNET**

LARISSA CANDIDO DA SILVA | RA: 17777327

Campinas

2020

LARISSA CANDIDO DA SILVA

**LETRAMENTOS DIGITAIS CRÍTICOS NO COMBATE ÀS FAKE NEWS: ENSINO E
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA PRÁTICAS SOCIAIS NA
INTERNET**

Monografia apresentada à Faculdade de Letras do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Letras: Português/Inglês.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Hergesel.

Campinas

2020

LARISSA CANDIDO DA SILVA

**LETRAMENTOS DIGITAIS CRÍTICOS NO COMBATE ÀS FAKE NEWS: ENSINO E
APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA PRÁTICAS SOCIAIS NA
INTERNET**

Monografia apresentada à Faculdade de Letras do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Letras: Português/Inglês.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Hergesel.

Aprovação: 16/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Hergesel – Presidente

Prof.^a Dr.^a Cassia dos Santos – Membro

Campinas

2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta monografia às seguintes pessoas:

Minha mãe, Elizabete, e a todas as mulheres da minha família, que me ensinaram e me incentivaram com a sua força de viver.

Meu irmão, Luan, que meu deu seu colo com afago de criança, sempre me lembrando de ser criança também.

Meus amigos da Universidade, Amanda, Wesley, Joice, Jefferson e João, por sempre serem ancoras na minha vida e nunca me deixarem desistir.

Minhas orientadoras de Iniciação Científica, Maria de Fátima e Eliana Righi, por me direcionarem na pesquisa acadêmica de maneira excepcional.

Minhas professoras, Cassia, Eliane Azzari e Cristina, por quem tenho muito carinho e admiração.

Minha Mãe Suprema Terra e aos meus guias espirituais, que me permitiram estar presente nesse mundo realizando um pouco do que sei fazer.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral entender de que forma o conceito e a prática de letramentos digitais críticos podem ser considerados nas aulas de língua portuguesa, em função de um desenvolvimento da compreensão e uso das tecnologias digitais, especificamente redes sociais, de maneira crítica frente ao movimento intenso de fake news por meio dessas. Como objetivos específicos delimita-se a identificar os principais recursos de verificação de confiabilidade, indicar abordagens possíveis do letramento digital crítico em sala de aula, considerando os desafios existentes e descrever os trabalhos mais recentes já realizados e suas perspectivas. Para a realização desta pesquisa, elige-se o método qualitativo, com levantamento de dados a partir da revisão de fontes bibliográficas, com base no explicado pelos autores Brasileiro (2013), Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2017). Para isso, o texto foi dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada a fundamentação teórica a partir de Levy (1999) para a contextualização da cibercultura, Leite (2018) a respeito das noções de confiabilidade informacional e Coscarelli e Ribeiro (2011) sobre o letramento digital e as práticas de leitura e escrita possíveis. Além disso, também foi produzida a caracterização metodológica da pesquisa. No segundo capítulo, foi feita a revisão bibliográfica juntamente com a análise e discussão, em que os autores utilizados a partir do levantamento bibliográfico foram Araújo e Vilaça (2018), Coelho (2018), Francesco e Leone (2020), Francklin e Silva (2019), Gualhano e Rodrigues (2019), Luz (2019), Martins e Furnival (2020), Nicácio (2019) e Ongaro (2019). Através da leitura, reflexão e resenha desses autores diálogos foram feitos entre eles nessa etapa, com a possibilidade de observação de quais perspectivas são recorrentes e/ou acrescentam sobre as noções de letramento digital.

Palavras-chave: Ensino de Língua Materna; Letramentos Digitais; Práticas Sociais; Fake News.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	8
1.1 A cibercultura e suas implicações	8
1.2 Interatividade e autoria	9
1.3 Informação e <i>fake news</i> na pós-modernidade	11
1.4 O pensamento crítico e o letramento digital: a educação como percurso	13
1.5 A checagem de informação e os modos de leitura	15
1.6 Caracterização da pesquisa	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1 Considerações sobre o ponto inicial dos estudos.....	19
2.2 Os letramentos e o papel da escola.....	23
2.3 As fake news e formas de remediação.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

Esta monografia apresenta um estudo sobre os letramentos digitais críticos e como eles podem intervir no ensino e aprendizagem sobre as notícias nas redes sociais. A escolha desse tema se deu a partir de tal indagação: como os letramentos digitais no ensino e aprendizagem de língua portuguesa podem desenvolver o pensamento crítico dos estudantes com relação ao que leem, compartilham e produzem na internet?

Esta pesquisa tem como objetivo geral entender de que forma o conceito e a prática de letramentos digitais críticos podem ser considerados nas aulas de língua portuguesa, em função de um desenvolvimento da compreensão e uso das tecnologias digitais, especificamente redes sociais, de maneira crítica frente ao movimento intenso de fake news por meio dessas.

Como objetivos específicos delimita-se a identificar os principais recursos de verificação de confiabilidade, indicar abordagens possíveis do letramento digital crítico em sala de aula, considerando os desafios existentes e descrever os trabalhos mais recentes já realizados e suas perspectivas.

Para a realização desta pesquisa, elige-se o método qualitativo, com levantamento de dados a partir da revisão de fontes bibliográficas, com base no explicado pelos autores Brasileiro (2013), Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2017). Para isso, o texto foi dividido em dois capítulos.

No primeiro capítulo, foi realizada a fundamentação teórica a partir de Levy (1999) para a contextualização da cibercultura, Leite (2018) a respeito das noções de confiabilidade informacional e Coscarelli e Ribeiro (2011) sobre o letramento digital e as práticas de leitura e escrita possíveis. Além disso, também foi produzida a caracterização metodológica da pesquisa.

No segundo capítulo, foi feita a revisão bibliográfica juntamente com a análise e discussão, em que os autores utilizados a partir do levantamento bibliográfico foram Araújo e Vilaça (2018), Coelho (2018), Francesco e Leone (2020), Francklin e Silva (2019), Gualhano e Rodrigues (2019), Luz (2019), Martins e Furnival (2020), Nicácio (2019) e Ongaro (2019). Através da leitura, reflexão e resenha desses autores diálogos foram feitos entre eles nessa etapa, com a possibilidade de observação de

quais perspectivas são recorrentes e/ou acrescentam sobre as noções de letramento digital.

A relevância deste trabalho está em observar como o letramento digital crítico se torna uma das abordagens capazes de tornar os estudantes mais conscientes em suas práticas de leitura e escrita dentro das redes online, a fim de combater às notícias falsas.

Considerando o uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) em contextos escolares, partiu-se do contexto de um novo ethos, caracterizado pela web 2.0. A noção de interação e autoria é questionável e rizomática, por meio de hiperlinks e diversos gêneros textuais promovidos pela rede mundial de sujeitos que ao mesmo tempo são autores e leitores, produtores de conteúdos no universo online, sendo assim, indaga-se a veracidade dos fatos e informações que são compartilhados nessa rede.

Além disso, como foi verificado na revisão bibliográfica muito se discute o poder das redes em intervir em ações políticas na sociedade, principalmente por meio das fake news, já que cada vez mais se observa tais configurações manipulatórias de discurso no universo online.

Essa pesquisa também se justifica por uma necessidade de um novo olhar para o gênero notícia e aqueles que concernem a mídia em geral, já que por diversos motivos como a condição do ensino público e a visão tradicional ainda muito forte na escola, pouco se consegue um trabalho aprofundado em determinados conteúdos extremamente necessários, além de condições precárias de trabalho aos professores, impossibilitados de exercer um trabalho com melhor qualidade.

Assim, essa pesquisa procura trazer um panorama com reflexões sobre as abordagens das aulas de língua portuguesa para que a competência nos gêneros discursos jornalístico- midiáticos sejam cada vez mais a favor de um ensino para a cidadania ética como preconizam os muitos documentos direcionados à educação.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Esta pesquisa, ao tratar de letramentos digitais no ensino e aprendizagem de língua portuguesa como opção teórica e prática a melhorar a qualidade da leitura e escrita crítica dos estudantes, apresenta os estudos de Lévy (1999), para a contextualização do espaço e tempo em que a sociedade se encontra em termos tecnológicos digitais e as implicações do ciberespaço nas novas configurações das relações sociais. Propõe-se um diálogo com as considerações de Leite (2018), que demonstram algumas dessas relações possíveis na Internet, entre produtores/leitores de informações marcadas pela confiabilidade e noção de verdade norteadoras da pós-modernidade, perspectivas essas que discursivamente atravessam o caráter formativo de cidadãos da escola. Por isso, há a importância de relacionar o trabalho dos autores citados com as reflexões de Coscarelli e Ribeiro (2017), em aproximação ao papel de formação crítica das aulas de língua portuguesa, através da leitura e escrita como foco.

1.1 A cibercultura e suas implicações

Inicialmente, um dos conceitos mais importantes para caracterizar os tempos pós-modernos é o de cibercultura: ela é o movimento de grandes transformações na sociedade,

[...] a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração (LÉVY, 1999, p. 130).

Configurada pelo ciberespaço, definido por Lévy (1999) como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (p. 92), para além disso, uma interconexão de dispositivos móveis digitais, como *smartphones*.

O autor é considerado otimista entre os estudiosos de sua época, defensor das tecnologias digitais por fazer referência à tecnologia como meio transformador das dinâmicas de poder no mundo globalizado e como essas poderiam incluir grupos minoritarizados, argumentando serem as técnicas, criações humanas que acompanham mudanças no pensamento e necessidades sociais e não algo a ser apenas desfavorável à humanidade, mas ambivalente.

Um dos argumentos contra as tecnologias se refere ao determinismo que elas podem gerar, a partir da ideia do controle de certas instituições por meio delas, o que para o autor deve ser pensado com atenção, já que as técnicas são condicionantes e não determinantes e “dizer que a técnica condiciona significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam ser pensadas a sério sem sua presença” (LÉVY, 1999, p. 25), sendo assim, a tecnologia é caracterizada como condicionante e a depender do contexto, usos e visões, ela pode ser “boa ou má”, mas nunca neutra, “já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades” (LÉVY, 1999, p. 26).

Há ainda outros aspectos do ciberespaço, como se configurar condicionante, ele possui a tendência à universalidade, ou seja, tudo pode ser suscetível ao acesso e uso dos sujeitos independentemente de local geográfico, para o autor um “universal sem totalidade” (LÉVY, 1999, p. 111), que viria a ser um espaço em que quanto mais disponível o acesso (mais universal) mais plural se torna, menos totalizável, já que a totalidade se refere à parcela que pode ser delimitada, ou seja, os sentidos dentro do ciberespaço não podem ser delimitados, cada nova conexão gera muitos significados que se constroem e são transformados a cada dia “a tal ponto que o sentido global encontra-se cada vez menos perceptível, cada vez mais difícil de circunscrever, de fechar, de dominar” (LÉVY, 1999, p. 120).

1.2 Interatividade e autoria

Posto o funcionamento das técnicas na sociedade da cibercultura, as noções de universal e total no ciberespaço, detém-se nas novas formas de interatividade ou maneiras já existentes que se configuram de outra maneira dado o contexto de relações promovidas nesse espaço.

Para Lévy, o termo interatividade resulta na “participação ativa do beneficiário de uma transação de informação” (1999, p. 79) que nas redes digitais pode ser construída de diversas formas, entre elas, seleciona-se as mais relevantes para a pesquisa em si, sendo assim temos as formas de:

[...] de dominação (reforço dos centros de decisão e de controle, domínio quase monopolista de algumas potências econômicas sobre funções importantes da rede etc.) [...] e mesmo de *bobagem coletiva* (rumores, conformismo em rede ou em comunidades virtuais, acúmulo de dados sem qualquer informação, ‘televisão interativa’) (LÉVY, 1999, p. 30, grifos do autor).

Optou-se por selecionar tais trechos, pois acredita-se que se relacionam intrinsecamente com a propagação de notícias e informações falsas nas redes, já que por trás desses atos se encontra uma tentativa de controle do que é lido e compartilhado pelos sujeitos em suas comunidades virtuais e possuir, em alguns casos, o caráter de boato que se aproxima a uma informação confiável.

Outro aspecto a ser pensado que por mudanças em seu funcionamento acarreta uma dissociação de onde partem as produções dentro das redes é a autoria. Esse distanciamento da ideia de autor pode estar relacionado com a perda de objetos que antes eram mais estáveis na sociedade. Assim como Bauman (2001, p. 14) aponta os “pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, [...] estão cada vez mais em falta”, essa é uma das principais ocorrências na pós-modernidade, onde a cibercultura se instaura como um lugar espelhar das descentralizações de sentidos nas mentes humanas.

Entretanto, o sentido atribuído ao que é dado pelo autor em realidade nunca foi estável, as leituras podem possuir múltiplas significações e muito mais desse intotalizável é observado nesse ciberespaço, em alegoria Lévy expõe que

[...] o engenheiro de mundos não assina uma obra acabada, mas um ambiente por essência inacabado, cabendo aos exploradores construir não apenas o sentido variável, múltiplo, inesperado, mas também a ordem de leitura a as formas sensíveis (LÉVY, 1999, p. 147-148).

A escrita, por sua vez, nos processos tecnológicos digitais significou grande mudança, para Leite (2018):

Após o surgimento da escrita, [...] os textos separaram a informação do contexto em que essa fora produzida. Se uma informação lida pode ter sido produzida séculos antes ou a milhares de quilômetros de distância do leitor, então problemas de recepção e interpretação podem ocorrer” (LEITE, 2018, p. 43)

Tendo isso em mente, se as produções escritas por si só tornam o texto “descontextualizado”, quando ocorrem nas redes digitais podem vir a ser mais comuns; contudo, Leite (2018, p. 43) discorda ao dizer que essas produções se encontram no espaço tempo síncronos, o ciberespaço e, portanto contextualizadas. A fim de reflexão, é possível pensar o ciberespaço em mútua relação com o caráter concreto da realidade, ele é fluído, assim pode estar no virtual (potencial em ato) e no atual (realizado) (LÉVY, 1999, p. 47), ao observar por essa perspectiva pode-se afirmar que a escrita nas redes digitais varia de contexto, está contextualizada ao estar no ciberespaço enquanto virtualidade, mas não está contextualizada enquanto realidade no atual, pois esse possui fatores sociais que interferem de forma diferente nos espaços.

Assim, ao entender a autoria e escrita como instáveis e mutáveis na interatividade social e digital percebe-se uma das problemáticas referente à disseminação de informações não confiáveis, a autoria muitas vezes não é passível de ser verificada e a escrita das informações tende a estar fora de contexto, fazendo com que o leitor não encontre um referencial facilmente confiável, ou seja, é necessário mais atenção com os textos que circulam diariamente.

1.3 Informação e *fake news* na pós-modernidade

Com a evolução crescente da Internet, a *web 2.0* ganha destaque, pois demonstrou um avanço em todas as instâncias e em direção ao que Lévy chamou de inteligência coletiva (1999, p. 199-200), um lugar em que não apenas se recebe conteúdos, de forma passiva, mas também se produz, participa-se ativamente deles.

Os significados citados, anteriormente, construídos no universal não totalizável são muitos, fluídos e instáveis, contudo, há ainda uma característica importante da visão de mundo na construção dos saberes na era pós-moderna, a tendência do ser individual que perde referenciais estáveis em instituições dadas como coletivas e passa a buscar a referência em si mesmos, em seus entendimentos pessoais.

O termo pós-verdade, escolhido pelo dicionário de Oxford como a palavra do ano de 2016, é definido como “referente a circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes em formar opiniões públicas que os apelos à emoção e às crenças pessoais” (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2016, tradução nossa). Desse modo, há uma relativização muita intensa das informações e do conhecimento, para Leite (2018, p. 27) esse movimento induz ao “caos e ao individualismo social”, já que as disputas são entre particularismos na maioria das vezes.

Ao definir informação, Leite aponta para duas vias principais: “informação enquanto objeto ou coisa (dados de máquina, descrições objetivas) e informação enquanto signo (subjetiva, interpretativa)”, visões essas dependentes do “contexto social e cultural” (LEITE, 2018, p. 48). Especificamente, em relação às notícias e conteúdos datados há a informação factual, referente ao fato e a informação semântica factual “capaz de gerar conhecimento”, dessa forma, “se o conteúdo semântico se mostra falso ao corresponder a um fato, ele é determinado como ‘desinformação’ ou ‘má informação’” (LEITE, 2018, p. 53), o que faz com que a checagem da veracidade dos fatos nem sempre sejam simples, pois abarca níveis de sentido com diferentes formas de verificação e leitura, como será discutido mais adiante.

Por *fake news*, entende-se:

[...] informações fabricadas que imitam notícias apenas na forma, pois não são oriundas de nenhum grupo de mídia estruturado e, portanto, carecem de normas e processos editoriais que garantem a precisão e credibilidade das informações (LAZER *et al*, 2018 *apud* LEITE, 2018, p. 60).

Para ir além na complexidade que a desinformação gera, deve-se compreender o contexto pós-moderno na *web 2.0*, com uma gama imensa de produção de conteúdo no dia a dia, a hiperinformação torna o processo de leitura exaustivo e infinito, em

função disso as *fake news* ganham campo suficiente, com rapidez para se espalharem sem que se tenha um controle pelas agências de checagem e até mesmo pelos leitores que se veem em um mar de ideias e fatos sem saber em quais acreditar.

Dessa forma, segundo Leite (2018), a confiabilidade informacional é definida como **“a análise que avalia, utilizando critérios pré-determinados, se o conteúdo de determinada informação semântica é verdadeiro ou confiável”** (2018, p. 92, grifos do autor).

Questiona-se o comportamento na *web* no que diz respeito às razões de tantas informações serem tomadas como verdadeiras quando não o são, como visto muitos aspectos precisam ser considerados, a própria noção de verdade, a perda de estabilidades referenciais etc. Entretanto, se esse é um espaço em que as relações de poder podem mudar, em que a elite e as instituições não são totalmente detentoras do que é construído no ciberespaço, porque esse conteúdo fabricado para enganar faz tantas “vítimas”? Se o acesso abrange tantas pessoas e se elas podem agir ativamente perante essas informações, o que ainda falta ser trabalhado para que o cenário *online* alcance a tão sonhada inteligência coletiva para o bem que Lévy (1999) propunha?

Primeiramente, mesmo que a poderosa classe governadora de mundos não possa controlar tudo, ela tenta de forma incessante, e agora mais que nunca interfere na dinâmica online. Em segundo lugar, há incerteza se os sujeitos possuem tal pensamento crítico para confrontar as manipulações, conforme Lévy (1999) acreditava.

1.4 O pensamento crítico e o letramento digital: a educação como percurso

Acredita-se que alguns dos caminhos em busca das respostas para os questionamentos da seção anterior podem ser encontrados ou ao menos refletidos através das noções de pensamento crítico e letramento digital, essas por sua vez são constantemente inseridas no contexto educacional, e nas aulas de língua portuguesa podem ser exploradas com aprofundamento ao se tratar de escrita e leitura nas redes digitais. Segundo Coscarelli,

Os alunos precisam saber aprender, saber onde encontrar as informações de que precisam e ter autonomia para lidar com essas informações, avaliando, questionando e aplicando aquelas que julgarem úteis e pertinentes (COSCARELLI, 2017, p. 32).

Dessa forma, entende-se pensamento crítico “como o **método por trás da leitura crítica, que busca o exame cuidadoso das informações, visando tomar decisões e gerar conhecimento**” (LEITE, 2018, p. 85, grifos do autor). A origem dessa ideia perpassa pela noção de ética, pois sem ela, os participantes nas comunidades virtuais não possuem meios de decidir o que é “correto” a ser compartilhado e produzido. Isso dialoga com perspectiva de letramento como “horizonte ético-político” entendido por Goulart (2017, p. 42).

Sobre as definições de letramento digital, observam-se perspectivas diferentes a depender da área em que é discutido, tendo como principais campos a tecnologia da informação/jornalismo e a educação. O conceito varia entre a ideia de habilidades no uso dos recursos tecnológicos e frequentes reformulações nos conceitos de letramentos, explicitando-se a necessidade de ir além do saber usar computadores e dispositivos móveis, assim como Soares aponta o letramento digital pode se referir a

[...] um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrito no papel (SOARES, 2002, p. 151).

Muito se discute o fator da inclusão e exclusão de estudantes, desde a introdução das TDICs no contexto escolar. Propõe-se uma reflexão frente a um movimento que passa a entender uma não necessidade do aluno saber usar as “máquinas” em si, mas partir diretamente para o como usar e se comportar na web, o que demonstra certo esquecimento de que muitos desses alunos, se não a maioria, não dispõem dos recursos considerados primários e essenciais para o entendimento de como ser e estar online. Dessa forma, compreende-se ser de suma importância que os discentes saibam como funcionam esses aparelhos, quais as dinâmicas e as linguagens informáticas que constituem esse espaço, considerando as tecnologias

digitais não apenas como um suporte para conteúdos, mas como um local de criação de gêneros do discurso, com suas particularidades, pois assim é possível uma visão menos alienada e automática dessas ferramentas.

Ainda ao refletir sobre a inclusão e exclusão que acontece nesse ciberespaço, problematiza-se o que poderia ser considerado inclusão nesse contexto; atribui-se o sentido em que o aluno apenas tem acesso ao recurso ou é letrado digitalmente, dispondo de conhecimento da leitura e da escrita para que possa participar crítica e ativamente nesse meio. Para Pereira (2017, p. 18), “a exclusão digital é uma exclusão de segunda ordem que soma-se a e agrava a exclusão econômica e social”; desse modo, afirma-se que a inclusão deve ser referente também ao letramento digital, pois se esses alunos não estiverem prontos a exercer seus papéis como cidadãos nas redes online estarão excluídos econômica e socialmente dos lugares de poder que tais conhecimentos propiciam a eles.

Pensando por esse lado, trabalhar o pensamento crítico em conjunto com o letramento digital está comprometido com a formação cidadã dos estudantes na sociedade da cibercultura, em que há confronto entre os muitos sentidos atribuídos à pós-modernidade. Por isso, para uma formação integral para a inteligência coletiva defendida por Lévy (1999) é necessário que os sujeitos entendam onde se encontram nas entrelinhas da *web* para que sejam capazes de agir com ética frente as mudanças de poder que acontecem nesse cenário e comecem a ocupar seus lugares de protagonistas com autonomia.

1.5 A checagem de informação e os modos de leitura

Como citado anteriormente a educação é entendida nesse trabalho como um lugar de construção do pensamento crítico, na formação para a liberdade dos sujeitos como cidadãos na sociedade. Especialmente, nas aulas de língua portuguesa, a que se dedica à reflexão nessa pesquisa, parte-se da noção de múltiplas abordagens de ensino, concepções de língua e leitura.

A checagem de informações é um termo do campo da Tecnologia da Informação e Jornalismo, utilizado de forma objetiva ao se referir às técnicas empregadas na verificação textual, o que para estudiosos da linguagem e/ou

professores de língua portuguesa se configura de forma mais subjetiva, em modos de ler, em que formas de ler e conceituar a leitura são variáveis no campo das possibilidades linguísticas.

Leite (2018) propõe através dos estudos de Floridi (2011) e Carraher (1983) uma reformulação dos critérios de checagem de informações, dividindo-os entre as dimensões técnica e semântica.

A dimensão técnica abarca a autoria, quem escreveu; fonte, de qual mídia jornalística; conteúdo, a forma que o texto é escrito e seus argumentos; contexto, em que dia é publicado, o que está acontecendo nesse período e, replicação, quais são as outras fontes que também compartilham o conteúdo e como fazem isso (LEITE, 2018, p. 96).

Já a dimensão semântica se refere aos tipos de informação (primária, secundária, meta, operacional e derivada); tipos de argumentação (fato, valor, conceito) e informatividade, caracterizada pelas noções de vacuidade e imprecisão (LEITE, 2018, p. 97 - 104).

Ao aproximar tais enfoques à leitura didatizada, relacionam-se essas dimensões às questões de interpretação, como uma leitura do conteúdo, que se relaciona com a dimensão semântica; e compreensão de textos, como uma leitura mais abrangente, em direção ao extralinguístico, relacionado à dimensão técnica. Para além disso, há possibilidade de diálogo dessa visão proposta, com as abordagens de leitura e linguagem, através da perspectiva discursiva (GREGOLIN, 1995), pois através da dimensão técnica/compreensiva os sujeitos podem alcançar o extralinguístico (autoria, fonte, contexto e replicação) que se relacionam com a dimensão semântica/interpretativa, relações de suma importância para uma leitura crítica, já que segundo Gregolin,

A Análise do Discurso pode constituir-se em um valioso instrumental de trabalho no ensino de língua portuguesa, já que oferece os meios para a reflexão sobre a estrutura e a geração do sentido do texto. Por meio da Análise do Discurso, o professor pode conduzir os alunos na descoberta das pistas que podem levá-los à interpretação dos sentidos, a descobrirem as marcas estruturais e ideológicas dos textos (GREGOLIN, 1995, p. 20).

Sobre a complexidade de certos enunciados, as notícias ou textos com conteúdos sobre fatos são uns dos mais analisados, como explica Gregolin,

Nas notícias de jornal é comum que o enunciador procure construir o efeito de objetividade e, para isso, mantém a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua "imparcialidade". Os recursos utilizados são o uso da 3ª pessoa, no tempo do "então" e no espaço do "lá", e o uso do discurso direto para garantir a verdade (GREGOLIN, 1995, p. 19)

Explicita-se que a perspectiva tomada nessa pesquisa é uma das possíveis dentro do eixo leitura, não sendo dado valor maior ou menor a outras visões e considerações, mas sim em conjunto a área informativa/jornalística e educacional na construção de saberes no que concerne as *fake news*.

Dessa forma, os critérios de checagem de informações por Leite (2018) podem ser compreendidos nas aulas de língua portuguesa em relação a perspectiva de compreensão discursiva dos enunciados por Gregolin (1995).

1.6 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se baseia na perspectiva metodológica de revisão bibliográfica conforme Brasileiro (2013). Por meio de levantamento de dados de trabalhos publicados recentemente, procuram-se entraves, lacunas e formas teóricas e práticas na observação do papel das *fake news* na sociedade, como desinformação, e para além disso, propor intervenção do campo educacional linguístico nesse processo, mais especificamente por meio do ensino e aprendizagem de língua portuguesa.

Tendo isso posto, detêm-se nas considerações sobre o procedimento a ser utilizado. A ideia de método científico é construída em função dos objetivos do pesquisador, no caso a revisão bibliográfica pode ser realizada de muitas formas, de acordo com esses objetivos. Segundo Gil (2002) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e pode ser realizado por meio da leitura corrente ou de referência,

com a criação de fichas dessas leituras, podendo assim mapear os dados principais dos livros e artigos (GIL, 2002, p. 44).

Há também outras maneiras de realizar a pesquisa bibliográfica, assim como Lakatos e Marconi apontam de forma mais aprofundada e específica esse tipo de procedimento, desde a elaboração do plano de trabalho que é adaptado para tal modo, até a revisão propriamente dita, dividindo os modos de realizar em produção de fichas e resumos, que também se dividem demonstrando detalhadamente como se configuram (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 54-79).

Esses resumos e fichas apontados pelos autores anteriores são abordados por Brasileiro (2013, p. 48-49) através dos modos de revisões narrativas convencionais e revisões mais rigorosas, a primeira referente a dados teóricos em sua grande maioria e a segunda a dados empíricos, por meta-análise.

Por ser uma pesquisa que considera os resultados e discussões de outras pesquisas, podem ocorrer equívocos e, para reduzi-los Gil (2002) recomenda:

[...] convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas (GIL, 2002, p. 45).

Em função disso, o pesquisador deve comparar autores, verificar e analisar minuciosamente seus estudos para que seu trabalho não incorra em deslizos teóricos se distanciando também da realidade contextual da pesquisa.

A pesquisa de revisão também possui suas vantagens, por utilizar uma gama considerável de estudos e autores, se torna mais abrangente (GIL, 2002, p. 45), podendo acrescentar outros modos de resolução do problema e várias perspectivas de um mesmo objeto de estudo.

Portanto, com a pesquisa de revisão bibliográfica espera-se que o pesquisador observe a melhor maneira de trabalhar com o levantamento de dados em sua pesquisa, visando sempre optar pela transparência e a qualidade do trabalho, para que assim seja de relevância científica e esteja nos parâmetros confiáveis e qualitativos do método científico.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa realizada tem como procedimento a revisão bibliográfica, como já citado anteriormente. O levantamento bibliográfico ocorreu por meio do Google Web além do Google Scholar, em função de pouco direcionamento da busca para o projeto de pesquisa ao se considerar apenas a segunda fonte. No primeiro ao se digitar as palavras-chave “letramento digital”, “fake news ” são encontrados cerca de 87.200 resultados, entretanto, deve-se levar em conta os textos não acadêmicos presentes nessa busca, o que diminui drasticamente tal número. Já no Google Scholar, ao realizar a procura com as mesmas palavras são apresentados 632 resultados, no período delimitado de 2018 a 2020.

Destaca-se que entre os resultados, apenas dez foram selecionados para verificação e foi certificado que todas as publicações advinham de locais com ISSN. Os artigos foram escolhidos em função do recorte realizado, mas também por existir poucos estudos acadêmicos de ensino e aprendizagem em língua materna sobre as fake news. Ao final, a revisão bibliográfica foi realizada com nove dos trabalhos selecionados, já que a dissertação de mestrado de Leite (2018), foi utilizada na fundamentação teórica.

2.1 Considerações sobre o ponto inicial dos estudos

No artigo “Letramento Digital e Letramento Crítico: repensando perspectivas para o ensino de línguas nas escolas”, de Elaine Araújo e Márcio Vilaça (2018), discute-se o texto e seus sentidos no espaço digital, conceitos de letramento, alfabetização, multiletramentos, letramento digital e letramento crítico e como esses últimos são importantes para o desenvolvimento dos estudantes em cidadãos críticos.

Para esses autores o foco da discussão se concentra no advento do novo ethos, a Web 2.0, em que a noção de interação e autoria já não linear previsível, mas sim rizomática e incerta sobre seus efeitos e sentidos, possibilitam a criação de muitos materiais didáticos e a pedagogização de recursos on-line, podendo ser adaptados ou

não para fins educacionais, trazendo a necessidade, então, de um trabalho com os letramentos.

Em “Fake ou news?: contribuições do letramento crítico em tempos hipermodernos”, as autoras Fernanda Gualhano e Anna Carolina Rodrigues (2019) tratam da importância do letramento crítico na teoria e na prática nos espaços escolares para que os alunos tenham uma leitura interpretativa crítica, observando também as relações de poder que são possíveis compreender a partir do trabalho com textos, trazendo assim uma noção discursiva da linguagem. Por essa observação e discussão as autoras propõem uma sequência didática para o 3º ano do Ensino Médio, ilustrando esse trato do letramento crítico nas aulas de leitura e produção de textos, precisamente trabalhando com o gênero notícia.

Com essas autoras também há menção da contextualização da Web 2.0, entretanto com maior aprofundamento ao caracterizar os tempos hipermodernos e como esses podem ser observados nas práticas de leitura e escrita nas redes, trazendo a BNCC para demonstrar tais aspectos na educação a partir da fluidez desse momento que “induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas” (BRASIL, 2018, p. 59 *apud* GUALHANO; RODRIGUES, 2019, p. 1).

A partir disso, explicitam a rápida dispersão de textos e a superficialidade nas leituras, que faz com a criticidade seja poucas vezes atingida, já que exige certa profundidade na compreensão e reflexão. Dessa forma, elas objetivam “correlacionar temáticas repercutidas na sociedade e no espaço escolar” (GUALHANO; RODRIGUES, 2019, p. 2), no caso as fake news e seus impactos sociais e ampliar a discussão do letramento crítico com papel importante na escola, já que tem como função promover atitudes ativas e reflexivas nos alunos perante as muitas práticas linguísticas que realizam no dia a dia.

Já com a autora Viviane Ongaro (2019), o foco já não se encontra apenas nos tempos hipermodernos e na configuração das práticas linguísticas, pois em seu artigo “Educação em tempo de ‘fake news’: jovens estudantes na era da pós-verdade”, ela objetiva discutir sobre os sujeitos envolvidos na cultura digital e tecnológica e o papel da escola no processo de compreensão da mídia-educação e alfabetização midiática. Dessa forma, ela se aproxima dos sujeitos jovens que se encontram nas redes, atentando-se ao perfil desses ao realizar um levantamento de dados estatísticos

divulgados em setembro de 2018, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) que demonstra como cada vez mais crianças e jovens acessam notícias online, sendo esse número de 51%, dos indivíduos entrevistados, entre novembro de 2017 e maio de 2018, o que em 2013 chegava a apenas 34% (ONGARO, 2019, p. 4). Tendo esses dados em observação, Ongaro (2019) discute que cada vez mais esses jovens lidam com o conhecimento através das tecnologias digitais, bem como produzem e compartilham muitos saberes.

Entretanto, Guilherme F. Nicácio (2019), em sua tese de mestrado “O letramento em cultura da informação como direito à formação cidadã”, ao aplicar um teste de sondagem de 14 questões pôde chegar a resultados interessantes. Esse teste foi feito em 2017 e novamente em 2018 com 102 alunos de oitavos anos da Escola Municipal Professor Pedro Guerra, localizada na cidade de Belo Horizonte, na região de Venda Nova (NICÁCIO, 2019, p. 60-61). Ao analisar o teste o autor pôde observar que “tratando-se do gênero notícia, apenas 42,86% dos alunos se interessam em ler esse gênero discursivo” (NICÁCIO, 2019, p. 20), como também há certa incoerência nas respostas do alunos já que “a maioria se considera informada ou muito informada, apesar de não acompanhar o noticiário” (NICÁCIO, 2019, p. 19), 20% dizem procurar informações em jornais impressos ou online, sendo as duas principais fontes o Youtube e redes sociais, e os assuntos mais acessados como famosos e esportes, indicando que os alunos ao buscar jornais estão em busca de entretenimento. Com isso o autor constata que “de certa forma, vê-se que não está claro para esses alunos o que, de fato, signifique ser um sujeito informado” (NICÁCIO, 2019, p.19).

Martins e Furnival (2020) também realizaram questionários com estudantes, no caso, universitários e foi possível observar que:

[...] dentre os 150 estudantes que responderam ao survey, 121 responderam que sempre (82) ou frequentemente (39) averiguam se “a informação encontrada está apresentada como fato, opinião, propaganda”, ao passo que essas quantias quase se invertem quando foram perguntados se “procuram saber quem patrocina a página”, com 51 respondentes assinalando que “às vezes” e 49 respondendo que “nunca” procuram saber” (MARTINS; FURNIVAL, 2020, p. 3).

Sendo possível verificar certa contradição já que “o patrocínio de conteúdo digital pode ser visto como um indicador de informação não objetiva, enviesada e de uma opinião alinhada com os valores do patrocinador” (MARTINS; FURNIVAL, 2020, p. 3)

Comparando esses dados com os encontrados pela pesquisadora Viviane Ongaro (2019) citada anteriormente, pode-se perceber perspectivas diferentes que explicitam a necessidade de se realizarem estatísticas nacionais mais precisas como as do questionário do professor-pesquisador Guilherme Nicácio (2019) e de Martins e Furnival (2020), que mesmo realizando um estudo bem específico puderam constatar que os alunos não possuem necessariamente a noção do que são informações e notícias e que os assuntos buscados em jornais impressos e online, nem sempre são relativos ao gênero discursivo notícia e que não conhecem profundamente as relações entre ideologia e jornais.

Nicácio (2019) discute como a imagem da mídia está deturpada no cenário atual, levando os sujeitos a terem uma visão totalmente negativa dela, se colocando até mesmo contra os portais de notícias, para ele:

Esse senso comum negativo sobre as mídias, disseminado, sobretudo nas redes sociais no período eleitoral no Brasil, pode se tornar um perigo já que, se a mídia não é mais confiável porque é parcial, em que (quem) se deve ou pode acreditar? (NICÁRIO, 2019, p. 16).

Isso traça um paralelo com o que Martins e Furnival (2020) apontam na entrevista de Guilherme Alpendre, sobre a mídia nunca ter assumido seu viés ideológico.

Luz (2019) também entende a importância do trabalho com os adolescentes e jovens, já que esses possuem relação mais próxima com as redes sociais e midiáticas e destaca ser “muito relevante dizer que todo esse movimento acarreta decisões importantes acerca de temas sensíveis a sociedade em geral” (LUZ, 2019, p. 48).

2.2 Os letramentos e o papel da escola

Ainda para Araújo e Vilaça (2018), ao tratar do texto digital e seus sentidos, há preocupação em esclarecer a complexidade do contexto das tecnologias digitais na educação, principalmente, na identificação e categorização dos gêneros textuais que circulam nessa rede. Consideram também a multimodalidade que demandam a interpretação além do escrito, mas da imagem, vídeos e sons.

Gualhano e Rodrigues (2019) abordam também essa multimodalidade através da cultura do design como forma de argumentatividade e persuasão. Para elas a cultura de design, que trabalha com as cores e estilos de letras podem chamar a atenção pois à materialidade linguística através desses estilos provocam certas influências nas reproduções de conteúdo, principalmente se considerarmos a tendência de leitura com foco em imagens e cores ao invés do texto completo, como ocorre muito atualmente, configurando uma leitura superficial, assim, um lide noticiário chamativo, com imagens pode induzir ou não no seu compartilhamento.

Essas novas práticas textuais são abordadas em contexto do ensino de línguas, de forma geral, não apenas referente à língua portuguesa, levando em conta a importância de uma formação linguística para as práticas sociais na sociedade atual. É assim que as considerações sobre letramento digital e letramento crítico ganham forma; destaca-se a necessidade de uma abrangência do letramento, enfatizando a importância de ir além do ler e escrever, com participação ativa frente às exigências do ambiente online.

Essa visão está de acordo com os argumentos de Gualhano e Rodrigues (2019) ao abordar o contexto tecnológico digital em que é explicitado a necessidade do letramento digital, exigindo dos estudantes uma maior atenção e criticidade já que os contextos interpretativos são múltiplos e multimidiáticos. Elas também pontuam o letramento crítico como relevante ao trazer um ensino contextualizado, que conseqüentemente traz indagações sobre o texto e seu contexto, em que diversas perspectivas são colocadas em diálogo, possibilitando a análise das relações dentro dos grupos sociais e suas práticas.

Ongaro (2019) debate como os jovens na cultura digital são responsáveis pelas ações comunicativas em nossa sociedade, e com isso o poder de transformar o mundo

de variadas formas, ideia que dialoga com a discussão de Araújo e Vilaça (2018) ao explicitar também sobre os perigos de manipulação pelos recursos discursivos, já que a Internet possibilita que qualquer pessoa crie conteúdos. Dessa forma, os leitores e criadores online precisam ser críticos e responsáveis, pois possuem em mãos o poder de causar grandes impactos na sociedade com as informações que disponibilizam e propagam na rede.

Entretanto, Ongaro (2019) reconhece e acrescenta que esses sujeitos nas redes não estão agindo totalmente distantes de seus papéis como agentes críticos, mas questiona o quanto esses jovens por si mesmos conseguem e agem de maneira responsável e crítica nas redes, se eles foram e estão sendo orientados, se eles conhecem certos perigos das redes, se conhecem seus direitos e deveres e se a escola os prepara para todas essas questões.

Nesse mesmo sentido de reconhecer que os estudantes possuem certo poder de agir, Mozart Coelho (2018) em “Letramento Digital: novas perspectivas para a prática cidadã”, expõe a visão de certa criticidade prévia a esse trabalho pedagógico com as informações através das TIDCS, pois os sujeitos, mesmo sem passar por momentos como esse na escola, aprendem desde muito cedo através dos movimentos das redes, que possuem o poder de agirem e dizerem o que pensam, entretanto, ao trabalhar isso na escola esses podem ter diversas percepções e oportunidades de diálogo.

Ongaro (2019), ainda, argumenta fortemente sobre a escola já que o argumento central de seu artigo, em verdade, aborda como a educação, atualmente, não está preparada para promover esses alunos a cidadãos críticos, já que continua presa aos modelos tradicionais do século XIX e necessita de mudanças urgentemente. Discorre sobre não ser suficiente a escola dispor de laboratórios de informática, por isso vê uma necessidade de uma alfabetização midiática para que esses estudantes estejam efetivamente inseridos na sociedade digital.

Coelho (2018) em concordância com a autora anterior menciona a inclusão digital que acarreta na inclusão social. Para ele, sendo o mundo digital tão importante, a escola ao promover a inclusão social deve ir além na inclusão digital, pois o indivíduo não incluso no digital automaticamente está excluído da sociedade no geral. O letramento digital, faz parte, portanto, das habilidades essenciais das linguagens e

está intrinsecamente relacionado às identidades dos sujeitos na trama de relações e interações de poder nos espaços digitais.

Já por Mozart Coelho (2018) ao procurar refletir sobre a importância do letramento digital, assume os desafios que a escola possui, em dispor de recursos materiais e na capacitação de professores para lidar com o digital, além de outros. Assim, como Ongaro (2019) reconhece que a escola necessita de mudanças, como estar em diálogo com os estudantes, para que suas demandas sejam atendidas, bem como os professores precisam estar mais abertos aos trabalhos com os recursos digitais, reconhecendo que a inserção das tecnologias da informação nas escolas não é suficiente para o letramento, mas sim seus usos a depender das abordagens.

Francklin e Silva (2019) compartilham de semelhantes ideias, ao observarem o mercado do letramento criado pelas escolas, tratando esse processo de forma restritiva e arbitrária, impossibilitando uma autonomia do aluno ao se deparar com situações que requerem maior criticidade, além disso, para eles é importante que o uso das mídias digitais abarque torná-las objetos de estudos, não apenas meios.

Araújo e Vilaça (2018) também abordam as perspectivas para o ensino de línguas nas escolas e propõem uma revisão das práticas com o uso das tecnologias, o que muitos pesquisadores vêm pensando, já que o abismo é muito grande, entre o que se espera das escolas em termos de compromisso com a educação linguística tecnologizada e o seu real efeito sobre os estudantes.

Coelho (2018) além de expressar sobre a necessidade de mudança das escolas, apresenta dois aspectos considerados importantes para essa prática de letramento proposta, como possíveis soluções. O primeiro é a horizontalidade da relação/interação professor-aluno, sendo que ambos são considerados agentes nesse processo. O segundo é o componente político, que não pode ser desassociado do letramento, correndo o risco de torná-la impraticável para a cidadania, para ele “ o educador pode promover um letramento político concomitante ao letramento digital” (p. 23), já que a escola tem o papel de formar cidadãos, portanto, sendo espaço de preparo dos sujeitos para estarem na sociedade. Entretanto, ele destaca os desafios enfrentados atualmente no contexto nacional, em que os investimentos foram limitados na educação, através da Emenda Constitucional 55/2016.

Para Araújo e Vilaça (2019), esse argumento também é levado em consideração ao destacarem ser de suma importância a formação cidadã na Internet e estar on-line com criticidade em um contexto complexo onde os aspectos sociais, ideológicos, políticos e culturais devem ser trabalhados.

Francklin e Silva (2019) acrescentam através de suas entrevistas com os professores do ensino médio da Rede Pública Estadual de Educação de Minas Gerais (REE/MG), que há necessidade de uma formação mais adequada para a educação midiática e também apontam para a pouca verba destinada à educação pública.

Nicácio (2019) explicita esse papel da educação a partir da BNCC “a nossa educação precisa ir em busca de uma ‘[...] formação humana integral e para construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva’ (BNCC, 2017, p. 7 apud NICÁCIO, 2019, p. 15)”. Bem como demonstra ser um direito dos estudantes as competências dos letramentos digital e midiático, já que esses promovem a cidadania.

Ainda para Coelho (2018) sobre as ações políticas que envolvem os letramentos, discute-se as relações do letramento digital com a política, pois para ele é um equívoco não associar esses dois campos, já que as práticas nas redes atualmente configuram uma nova interação com a política de diversas formas, tanto no agir ativo democraticamente, quanto em se colocar em planos partidários.

Além disso, ele trata de uma sessão específica intitulada “Letramento digital e o fazer política”, Coelho (2018) defende que as tecnologias de informação modificam e influenciam muito os sujeitos ao realizarem atos políticos, ampliando o alcance de movimentos políticos que antes aconteciam apenas fora das redes digitais, hoje passam a fazer parte da realidade maior de pessoas no seu dia a dia, que atuam nas redes demonstrando seus pensamentos políticos, o chamado ativismo digital.

Assim, o letramento digital pode ser correlacionado às ações políticas, e a comunidade escolar pode realizar projetos e aulas que envolvam o letramento dessa maneira. O autor evidencia que esse processo não é tão complicado ou deve ser levado a rigor de forma tradicional no ensino, já que para viabilizá-lo muitas vezes é necessário apenas que os sujeitos tenham acesso às informações, até mesmo pelos telejornais, e afirma que o mais importante nesse caso é a comunicação e suas estratégias e não as regras gramaticais.

Na sessão seguinte, o autor foca na importância e responsabilidade social da escola, um espaço formador de sujeitos capazes de interpretar as informações nos muitos meios de comunicação na internet ou fora dela, lembrando do fenômeno das fake news tão forte atualmente, dessa forma, por meio das tecnologias digitais é possível uma organização política, uma espécie de democracia digital.

Martins e Furnival (2020) também mencionam e concordam que os letramentos midiático e informacional não devem ser desvinculados das discussões políticas (MARTINS E FURNIVAL, 2020, p. 17).

2.3 As fake news e formas de remediação

Partindo para outro aspecto importante dos estudos citados na revisão bibliográfica, além dos já mencionados: as mudanças da hipermodernidade e das TIDICs, os múltiplos gêneros textuais, a ação das crianças e jovens nas redes e o papel da escola junto ao letramento digital para uma formação política ativa, detalha-se também o processo de disseminação das chamadas desinformações ou *fake news*.

Ongaro (2019) aponta para certa preocupação ao indagar como os jovens se relacionam com as práticas nas redes, como a escola está se preparando para essa realidade, colocada como nova pela autora e se há uma atenção em preparar os alunos para entenderem o fenômeno das notícias falsas.

Uma questão apresentada por Gualhano e Rodrigues (2019) e Coelho (2018) se refere as relações de poder que são observadas ao tratar das fake news. O segundo autor aborda sobre as relações de poder verificadas por meio das práticas de letramento, tomando os posicionamentos nas redes através da ideia construída por Foucault (1996), em que as dinâmicas sociais instauram lugares e permissões de fala. Já as primeiras autoras apresentam as relações hierárquicas discutida por Selber (2004, p. 54), em que os sujeitos adequam mais ou menos seus discursos em função do contexto. As escolhas linguísticas por essa visão são, portanto, definidas como mencionam as autoras, por graus de formalidade e informalidade. Portanto, são visões de certa forma divergentes sobre as relações de poder nesse contexto das desinformações. Gualhano e Rodrigues (2019) focam pouco nas relações de poder que a disseminação de fake news representa, elas caminham mais para as

características dos tempos hipermodernos que fazem com que essas informações se disseminem e não exatamente o que existe por trás delas, como podemos observar no trecho “indivíduos interessados em propagar e reproduzir informações de forma rápida, não procedendo a validação de tais textos” (GUALHANO; RODRIGUES, 2019, p. 2), entende-se que as fake news são produzidas e compartilhadas apenas porque os sujeitos têm a intenção de reproduzir conteúdos de forma rápida.

Nicácio (2019) procura colocar em prática essa abordagem discursiva através de sua intervenção como professor-pesquisador, assim as relações de poder são analisadas através da reflexão acerca “do que é dito e não dito no texto lido, considerando os valores e a visão de mundo difundidos pelo jornalista e/ou pela instituição representada por esse profissional” (NICÁCIO, 2019, p. 22)

Martins e Furnival (2020) ao entrevistarem Guilherme Alpendre, Secretário Executivo da Associação Brasileira de Jornalismo (Abraji), destacaram algumas das razões das fake news serem tão recorrentes no Brasil, segundo o Secretário Executivo dentre eles se encontram:

[...] a perda da credibilidade do jornalismo tradicional motivada pelo fato de a mídia nunca ter assumido abertamente sua posição ideológica e pela urgência das notícias on-line que colaboraram para um jornalismo defasado e mal apurado, que abriu brechas para os aproveitadores (MARTINS; FURNIVAL, 2020, p. 10)

Acrescentam ainda em entrevista cedida pela coordenadora do “Projeto Credibilidade” no Brasil, Angela Pimenta, que:

[...] para o combate ao problema são necessárias três soluções, que acabam por formar um tripé, a saber: 1) Trabalho dos jornalistas [...] 2) Verificação, checagem e retirada do ar nas plataformas de mídias [...] 3) Educação midiática de crianças, jovens e adultos [...]” (MARTINS; FURNIVAL, 2020, p. 11)

Em direção a outras perspectivas de como preparar os estudantes para lidar com as questões do discurso jornalístico, há autoras como Nayara Francesco e Simone Leone (2020), que tratam da Educação Midiática como uma abordagem pedagógica sobre o funcionamento da produção de notícias e de jornais nas mídias

para o desenvolvimento de um senso crítico sobre as informações presentes nesses meios, partindo da visão jornalística educativa, um educar para a verificação de fatos.

Elas defendem o campo da Educomunicação, definido como um espaço de intervenção por meio de seis áreas possíveis, destacando a importância de não a reduzirmos a apenas uma parte da didática, mas por si só relevante. O objetivo de algumas dessas áreas possíveis é fazer com que o sujeito dessa educação possa compreender se uma informação é confiável ou não, através de uma série de técnicas.

As autoras demonstram, ainda, diversos conceitos que devem ser trabalhados com os alunos, das quais destaca-se duas abordagens citadas por elas, a primeira a partir da ideia sobre os meios de comunicação conterem mensagens ideológicas, de valores e possuem implicações sociais e políticas e a segunda indica

[...] os ensinamentos de conteúdo poderão ainda educar o cidadão sobre como emitir uma mensagem sem cometer distorção de informação, equívoco ou até mesmo desinformação, uma vez que este vive em um meio no qual exerce o papel de emissor-receptor (FRANCESCO; LEONE, 2020, p.7)

Francklin e Silva (2019) concordam ao mencionarem a Educação Midiática como um espaço importante no desenvolvimento de competências do discurso jornalístico e seu funcionamento, verificando a necessidade de os professores a promoverem, como incentivo a uma leitura mais crítica nas redes sociais. Além de destacarem através das entrevistas com professores, que consideram algumas soluções no combate às fake news, tais como: “buscar por novas fontes de pesquisa; o estímulo ao senso crítico, a intensificação da leitura e o suporte dos professores” (FRANCKLIN; SILVA, 2019, p. 171).

Francesco e Leone (2020) destacam que a formação do educador midiático, deve dispor de competências das Ciências Humanas, já que lida com o social, linguístico e psicológico dos alunos. Essa ideia pode ser relacionada com o que Francklin e Silva (2019) apontam ao entrevistarem professores das Ciências Humanas, já que as disciplinas dessa área “foram consideradas mais oportunas para estimular a reflexão e o olhar crítico” (FRANCKLIN; SILVA, 2019, p. 173)

Luz (2019) também aponta para uma área que pode contribuir com a Educação Midiática - a Ciência da Informação - pois visa desenvolver aspectos tais como reflexão crítica sobre o conhecimento e conteúdos nas diversas esferas sociais. Ele assim como os outros autores discute a necessidade de um posicionamento mais crítico frente às informações, mas através da Biblioteca Escolar que

[...] poderá promover a interação entre os conteúdos tradicionais e as novas demandas de suporte informacional e abordagens tanto tecnológicas quanto sociais, tratando de trabalhar numa perspectiva que transforme o ambiente da biblioteca em algo atrativo e que possibilite aos alunos utilizarem cada vez mais os espaços e potencialidades do lugar (LUZ, 2019, p. 36)

Além disso, acredita que a competência informacional, crítica e midiática não devem ser separadas no trabalho com os alunos (LUZ, 2019, p. 45)

2.3.1 Agências de checagem de notícias e informações

Sobre as agências de checagem internacionais e brasileiras apresentadas ou mencionadas pelos autores, observou-se a menção por Francesco e Leone (2020) das seguintes organizações e empresas:

[...] projeto Lupa, da revista Piauí; Truco da Agência Pública de Jornalismo Investigativo; Agência aos Fatos e o projeto ChecaZap, da Escola Énois de Jornalismo [...] há ainda a rede organizada pelo Instituto Poyter, Internacional Fact-Checking Network (IFCN), dos Estados Unidos (FRANCESCO; LEONE, 2020, p. 5).

Entretanto, é importante destacar, conforme as autoras, que todas essas empresas garantem de forma transparente e metodologicamente a checagem de informações, no entanto, elas também podem cometer erros e não são suficientes para retratar todas as notícias criadas por dia no país, por isso, as autoras apontam a necessidade de que o público seja autônomo na leitura crítica e averiguarem por si mesmos os fatos.

Martins e Furnival (2020) também apresentam o The Truth Project, coordenado pelo Projeto Credibilidade, no Brasil; projeto Lupa e Full Fact, realizado pela Google (p. 11 - 14).

Nicácio (2019) menciona o blog Preto no Branco; Truco; projeto Lupa; Agência aos Fatos e a Rede Internacional de Fact-Checking (p. 57).

2.4 As propostas pedagógicas

Inicialmente, as autoras Gualhano e Rodrigues (2019) propõem um modelo de atividades que podem usados e adaptados por professores, ao levantar a discussão sobre as notícias falsas no espaço digital e trabalhar com a Plataforma Truco, de checagem de informações, tendo como público-alvo, alunos do 3º ano do Ensino Médio.

Sendo assim, a sequência didática contém seis aulas. Nas duas primeiras, há um debate de opiniões, em que se considera o conhecimento prévio dos alunos em diálogo com a poesia “Fake News” de Chico Pier, assim, pode-se observar as diversas posições sobre o tema. Nas duas aulas seguintes, o trabalho é com a análise da Plataforma Truco, com uma observação inicial e posterior escolha de notícia para análise mais aprofundada das categorias (verdadeiro, sem contexto; discutível; exagerado; subestimado; impossível provar e falso) que a ferramenta digital disponibiliza e quais os elementos linguísticos e extralinguísticos podem ser verificados como atuantes na classificação da notícia.

Por fim nas últimas duas aulas, é o momento de produção de notícias, em que os alunos devem produzir textos de gêneros digitais (por exemplo, vídeo, meme, etc) fazendo com que as pessoas além do espaço escolar possam ser informadas e questionadas sobre as informações que recebem diariamente.

Nicácio (2019) aplicou seis oficinas totalizando 34 horas-aulas, a 27 alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II, do turno da manhã, da Escola Municipal Professor Pedro Guerra, localizada na cidade de Belo Horizonte, na região de Venda Nova, trabalhando no desenvolvimento e aprimoramento das capacidades de escrita e leitura do gênero discursivo notícia. As etapas das oficinas foram: a apresentação do

projeto; o jornal; do fato à notícia; mesmo fato, diferentes notícias; argumentatividade; a verdade da notícia e produção do minijornal e encerramento.

As atividades e explicações pedagógicas nas oficinas seguiram a abordagem discursiva e objetivaram desconstruir o senso comum de deturpação dos meios de notícia e comunicação, fazendo com que os alunos se aprofundassem no que de fato ocorre por detrás de cada informação e as maneiras de entender e ler as mídias em si, já que as perspectivas mudam entre os muitos jornais, além de demonstrar uma impossibilidade de neutralidade desses.

Ademais, o trabalho foi de acordo com a BNCC (EF06LP01, EF67LP03, EF08LP01, EF08LP02) e as Proposições Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (BRASIL, 2018 apud NICÁCIO, 2019, p. 18)

Luz (2019) ao ter como objetivo analisar de que forma a Biblioteca Escolar pode contribuir para o pensamento crítico frente às fake news aponta para tais intervenções:

Disponibilização de materiais em outros suportes, os de propriedade da própria unidade escolar ou mesmo aqueles disponíveis na Internet; Serviços de referências oferecidos pelo bibliotecário visando identificar as necessidades de informação dos adolescentes na escola; Oferecer panfletos informativos, físicos ou não, para demonstrar aspectos sociais da comunidade onde está inserida a BE, ressaltando a importância de se posicionar criticamente visando evitar o compartilhamento de notícias falsas que venham a prejudicar o convívio social local (LUZ, 2019, p. 50).

Além disso, apresenta duas cartilhas baseadas no Manifesto International Federation of Library Association/UNESCO para as bibliotecas escolares e públicas, propondo direcionamentos para as Bibliotecas Escolares a quem seu trabalho se destina, pensando através da interdisciplinaridade desse espaço na escola com as aulas de língua portuguesa e outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa concluiu-se que alguns autores partem de visões diferentes entre si sobre determinadas práticas do letramento digital e sua relação

com as fake news, sendo possível perceber certa ocorrência em uma visão não discursiva e outra discursiva entre eles, que ora são mescladas.

Como visto, os letramentos são muitos e cada um se relaciona como uma forma e objetivos ao tratar a leitura e a escrita. Dentre as possibilidades de menção aos letramentos, percebe-se uma recorrência maior do uso de letramento digital, que foi o norte para a pesquisa, sendo assim direcionada e de ser certa forma 'intencional', já que o levantamento bibliográfico foi nessa direção. Entretanto, observou-se que em conjunto ao letramento digital, também foram mencionados o letramento crítico, político, midiático e informacional, esses, portanto, consequência não planejada, pois não se previa que todos esses outros letramentos pudessem ser relacionados ao letramento digital nos trabalhos, ou mesmo que eles já estivessem legitimados nas pesquisas.

Por serem trabalhos bastante recentes esses letramentos podem ser recorrentes com o letramento digital, pois observa-se um movimento crescente de pesquisas sobre as mídias e as informações noticiosas voltada principalmente para as fake news.

Dessa forma, no campo de sentidos correlacionados ao letramento digital, estão o crítico, que explicita a necessidade de autonomia ativa dos sujeitos nas práticas sociais de escrita e leitura nas multissemióticas; o político, que indica também a criticidade, mas focado, conceitualmente, em ações democráticas nas práticas cidadãs; o midiático, que se refere mídias, principalmente, como difusoras e produtoras de informações, não apenas como um veículo/suporte e o letramento informacional, que pode estar relacionado aos conteúdos noticiosos ou não necessariamente, pois os próprios tipos de informações podem ser desmembrados entre diversos.

Como justificativa para um maior desenvolvimento dos letramentos nas escolas os autores trataram de explicar e argumentar sobre quatro pontos em específico: a mudança do texto e seus sentidos com a web 2.0; a hipermodernidade e seus efeitos nas informações, que são produzidas e compartilhadas de forma rápida, caracterizando um período com mais quantidade e menor qualidade da leitura e escrita; a observação/aplicação de dados estatísticos, em que foi possível observar que os adolescentes e jovens não estão letrados o suficiente para lidar com os

aspectos envolvidos às notícias através das redes digitais e o crescimento do movimento das fake news com maior força, principalmente envolvendo questões políticas.

Um aspecto relevante tratado por Nicácio (2019) e pouco observado por outros diz respeito à superficialidade com que os professores tratam das mídias, fazendo o discurso deturpado sobre elas se espalhar cada vez, ou seja, os profissionais da educação acabam por reproduzirem a demonização das mídias baseadas em suas próprias crenças pessoais, não reconhecendo ou apresentando aos estudantes que mesmo que esses meios não reconheçam suas ideologias, eles possuem.

Isso dialoga com o observado sobre as abordagens tratadas pelos pesquisadores, já que ao verificar as ideologias presentes por trás dos portais de mídia a abordagem discursiva deveria ser favorecida em detrimento de outras, pois ela se detém nesses aspectos importantes que devem ser observados nas aulas de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliane V. F. de; VILAÇA, Márcio L. C. **Letramento digital e letramento crítico**: repensando perspectivas para o ensino de línguas nas escolas.2018.

Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/cnlf/tomo01/041.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASILEIRO, Ada M. M. **Manual de Produção de textos acadêmicos e científicos**. Editora Atlas, 2013.

CARRAHER, David William. **Senso crítico**: do dia a dia às ciências humanas. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.

COELHO, Mozart A. N. **Letramento digital**: Novas perspectivas para a prática cidadã.2018. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/6094>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

COSCARELLI, Carla. Alfabetização e letramento digital. *In*: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana E. (org.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2017.

FLORIDI, Luciano. **The philosophy of information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANCESCO, Nayara N.; LEONE, Simone D. **Educação midiática contra “fake news”**. 2020. Disponível em: <<http://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/955>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FRANCKLIN, Adelino; SILVA, Rafael M. J. da. **Leitura crítica de informações por meio das redes sociais**: Análise de práticas pedagógicas no ensino médio da Rede Pública Estadual de Minas Gerais.2019. In: Cadernos de Artigos 21º Seminário de Pesquisa e Extensão, 2019. Disponível em: <<http://www.uemg.br/phocadownload/PROPPG/seminariopee/seminario-pee-caderno-artigos-vs-22-07.pdf#page=143>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, Cecília. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. *In*: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana E. (org.). **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2017.

GREGOLIN, Maria R. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 22 de set. 2020.

GUALHANO, Fernanda A.; RODRIGUES, Anna C. F. C. **Fake ou news?: Contribuições do letramento crítico em tempos hipermodernos**. 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/vsemanadafaceduff/171234-fake-ou-news--contribuicoes-do-letramento-digital-critico-em-tempos-hipermodernos/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Leonardo R. T. **Confiabilidade informacional: A filosofia da informação e o desenvolvimento da leitura crítica no ambiente virtual**. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000050/0000500b.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUZ, Thiago A. C. **Biblioteca escolar e Fake News: uma proposta de construção de material educativo com enfoque na competência crítica**. Tese de Monografia, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52831>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MARTINS, Tábita; FURNIVAL, Ariadne C. **Desinformação e as fake news: Apontamentos sobre seu surgimento, detecção e formas de combate**. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342134682_DESINFORMACAO_E_AS_FAKE_NEWS_APONTAMENTOS SOBRE SEU SURGIMENTO DETECCAO E FORMAS DE COMBATE>. Acesso em: 14 jul. 2020.

NICÁCIO, Guilherme F. **O letramento em cultura da informação como direito à formação cidadã**. Tese dissertação de mestrado, 2019. Disponível em: <[ONGARO, Viviane. **Educação em tempo de “fake news”**: Jovens estudantes na era da pós-verdade. 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/pensacom2019/textos/viviane-ongaro.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2020.](https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-BBPHDT#:~:text=Assim%20nasceu%20a%20pesquisa%20O,como%20direito%20C3%A0%20forma%C3%A7%C3%A3o%20cidad%C3%A3.&text=No%20que%20se%20refere%20%C3%A0,leitura%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20not%C3%ADcias.>https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-BBPHDT#:~:text=Assim%20nasceu%20a%20pesquisa%20O,como%20direito%20C3%A0%20forma%C3%A7%C3%A3o%20cidad%C3%A3.&text=No%20que%20se%20refere%20%C3%A0,leitura%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20not%C3%ADcias.>>. Acesso em: 14 jul. 2020.</p></div><div data-bbox=)

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Word of the year 2016 is....** 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 10 set. 2020.

PEREIRA, João T. Educação e sociedade da informação. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana E. (org.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2017.

SELBER, Stuart. **Multiliteracies for a Digital Age**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 81, p. 143-162, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.